

DADOS DO PROCESSO

JUÍZA: LUCIANE CRISTINA SILVA TAVARES
PROCESSO N.º: [1009762-34.2016.8.26.0011](#) - Execução de Título Extrajudicial
VARA: 3ª Vara Cível
COMARCA: Foro Regional XV - Butantã da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

EXEQUENTE: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO FALSTAFF HOUSE APARTMENTS (CNPJ/MF 62.020.474/0001-52) por meio de seus representantes legais;

EXECUTADA: MI HYUI RHEE (CPF/MF 221.523.308-70) e seu cônjuge, se casada for;

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. PROCESSO N.º 1000526-14.2018.5.02.0009 em tramite perante a 9ª Vara do Trabalho da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

DESCRIÇÃO DO BEM

IMÓVEL: **01 (UM) APARTAMENTO N.º 71-DUPLEX**, localizado nos 7º e 8º andares do EDIFÍCIO FALSTAFF HOUSE APARTMENTS, situado à Rua Dr. Oscar Monteiro de Barros, nº 333, no 13º Subdistrito Butantã, com a área útil de 267,65m², área comum de divisão não proporcional de 131,09764m², correspondente a 5 vagas que cabem ao apartamento no estacionamento do referido Edifício, mais a área comum de divisão proporcional de 168,87334m², a área total construída de 567,62098m², e a fração ideal de 3,86590%, com direito a 1 depósito localizado no 1º ou 2º subsolo do Edifício, cuja área já está computada na área útil do apartamento. **CADASTRO MUNICIPAL:** 171.195.0242-4. **MATRÍCULA N.º 107.047 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

LAUDO DE AVALIAÇÃO: A unidade é composta por 5 (cinco) vagas de garagem. O condomínio é compreendido por hall de entrada, salão de festa, academia, piscina, sauna, quadra poliesportiva, brinquedoteca, elevador social e elevador de serviço. Um apartamento por andar, Duplex, contendo hall de entrada exclusivo, ampla sala living conjugada com acesso ao amplo terraço com deck, churrasqueira e piscina, cozinha com armários, área de serviço e duas dependências de empregadas com banheiro e entrada independentes, acesso aos 3 dormitórios, suítes na parte superior através de escada, sendo uma suíte master ampla com closet e banheiro com banheira, 2ª suíte com closet, e a 3ª suíte com armários.

LOCALIZAÇÃO: R. Dr. Oscar Monteiro de Barros, 333, Apto. 71 - Vila Suzana, São Paulo - SP, 05641-010.

DEPOSITÁRIO: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO FALSTAFF HOUSE APARTMENTS (CNPJ/MF 62.020.474/0001-52).

ONUS: Consta na **AV.12 PENHORA** do bem referente ao processo epígrafe. Consta na **AV.13 INDISPONIBILIDADE** extraída do processo nº 1000526-14.2018.5.02.0009 em tramite perante a 9ª Vara do Trabalho da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Compulsando os autos identificamos **PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS** extraída do processo nº 1000526-14.2018.5.02.0009 em tramite perante a 9ª Vara do Trabalho da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para garantia do pagamento da dívida no valor de R\$ 99.584,66 (noventa e nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) em 01 de junho de 2019 (fls. 528-542). Em consulta junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO identificamos **DÉBITOS FISCAIS** no valor de 287.066,16 (duzentos e oitenta e sete mil, sessenta e seis reais e dezesseis centavos) em 25 de outubro de 2022. Eventuais débitos pendentes que recaem sobre o bem, de natureza fiscal e/ou condominial, ficarão sub-rogados no respectivo preço da arrematação, conforme o art. 130 § único do CTN cominado com o art.

908, § 1º do CPC. Não há nos autos informações de que sobre os bens recaiam outros ônus, recursos ou causa pendentes. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (arts. 9º Provimento 1625/2009- CSM/TJSP e 18º da Resolução 236/2016 - CNJ).

- DÉBITO DA AÇÃO:** R\$ 442.739,88 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) em outubro de 2022 (fls. 896-89).
- HIPOTECA:** Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI do Código Civil).
- TRIBUTOS:** Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos fiscais, bem como os de natureza propter rem, que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, § único do Código Tributário Nacional, cominado com o art. 908, § 1º do Código de Processo Civil.

INFORMAÇÕES DO LEILÃO

- DATA ÚNICA:** Os leilões ocorrerão em data única, previsto para o dia **01/12/2022 às 09:00h**, e término conforme os horários abaixo:
- 1º LEILÃO: Às 13:00 horas** - Valor de avaliação atualizado: **R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais)**. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o:
- 2º LEILÃO: Às 15:00 horas** - Lance inicial a partir de 50% (cinquenta por cento) da avaliação atualizada: **R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)**, que deverá ser efetuado diretamente no sistema gestor.
- AVALIAÇÃO:** **R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais)**. Atualizado em setembro/2022 com base nos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- PORTAL:** **SUBLIME LEILÕES**, site www.sublimeleiloes.com.br.
- LEILOEIRO:** CRISTIANO ALBERTO DOS SANTOS - JUCESP 1049.
- CADASTRO:** Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site do Leiloeiro, aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias simples dos seguintes documentos: I - Pessoa Física: RG e CPF ou CNH, comprovante de endereço e certidão de casamento + RG e CPF ou CNH do cônjuge, se casado for; II - Pessoa Jurídica: Cartão CNPJ, Contrato Social, comprovante de endereço, documentos pessoais de um dos sócios (RG e CPF ou CNH) e procuração com firma reconhecida da assinatura, se representado por terceiro, ficando o cadastro sujeito à conferência de identidade em banco de dados oficiais.
- PAGAMENTOS:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do Código de Processo Civil e art. 19 do Prov. n. CSM n. 1625/2009). A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e sendo esta superior ao valor de avaliação, majorada para 10% (dez por cento) da arrematação, (termos do art. 882, § 1º do Código de Processo Civil cominado com o art. 7º, caput da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça). Em caso de acordo, adjudicação, remissão após a apresentação da minuta de edital de leilão, a comissão do Leiloeiro permanece devida no aporte de 5% (cinco por cento) do valor do acordo. Neste caso, deverá o (a) exequente englobar no valor do acordo a comissão devida ao Leiloeiro, a título de ressarcimento das despesas. Consumada a arrematação, no caso de

desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 1º, do CPC, a comissão do leiloeiro será a este devida. Em todos os casos o pagamento será feito através de boleto bancário ou outro meio a ser indicado pelo leiloeiro oficial e o comprovante deverá ser imediatamente encaminhado para o e-mail: judicial@sublimeleiloes.com.br. Com a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão do Leiloeiro será lavrado o auto de arrematação para expedição da ordem de entrega do bem móvel ou carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse (art. 901, §1º do Código de Processo Civil e art. 20 do Provimento nº 1625/2009 CSM/TJSP). Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil e art. 21 do Provimento nº 1625/2009 CSM/TJSP). Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, §1º, do Código de Processo Civil).

PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito; até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. Consideradas as mudanças empreendidas pelo atual diploma processual, aqueles interessados em adquirir o bem penhorado de forma parcelada, que por alguma razão ou justificativa perder o prazo que estabelece o art. 895 do CPC, deverão registrar a proposta no site deste gestor, pois na ausência de lances à vista, poderão ser analisados por este Juízo, para aquilatar a viabilidade da arrematação. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e estarão sujeitas, em todos os casos, a homologação do Juízo (art. 895 e seguintes, do Código de Processo Civil).

INTIMAÇÕES: A título de esclarecimento, consta expressamente que a publicação da minuta de edital supre a intimação pessoal do executado nos termos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil.

CONDIÇÕES DO SISTEMA

Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances (arts. 11, 12 e 14 do Provimento 1625/2009 - CSM/TJSP, 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail (Art. 15 do Prov. CSM n. 1625/2009).

São Paulo, 25 de outubro de 2022.

LUCIANE CRISTINA SILVA TAVARES

Juíza de Direito